



Moradores da comunidade Nova Jerusalém transportam em canoa carregamento de piaçaba pelo igarapé Tabaco, região do rio Padauri, em Barcelos (AM) Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

## Demarcação de terra indígena com exploração de piaçaba dura 16 anos

A delimitação da área enfrenta oposição de patrões da fibra, que controlam a compra do material

Vinicius Sassine  
e Lalo de Almeida

**BARCELOS (AM)** O processo de demarcação da terra indígena onde a exploração de piaçaba é feita de forma rudimentar, num modelo de endividamento que inclui grupos de yanomamis, se arasta há 16 anos na Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Documentos do processo, obtido pela Folha por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação), registram desde o início a ocorrência do sistema de aviamento para a extração da piaçaba, o endividamento de indígenas, a "superexploração" dessa mão de obra e condições análogas à escravidão na execução do trabalho extrativista.

Por isso, associações que representam os indígenas da região do médio rio Negro defendem a demarcação da Terra Indígena Aracá-Padauri, vizinha à porção no Amazonas da Terra Indígena Yanomami, o maior território demarcado do Brasil.

Os pedidos por delimitação e proteção de uma nova área, como forma de evitar a atuação de atravessadores no mercado da piaçaba, já passaram por sete governos e não resultaram nem mesmo nos primeiros atos necessários para a homologação do território.

A demarcação enfrenta forte oposição e campanha contrária empreendida por patrões da piaçaba, que controlam a compra da fibra por meio do fornecimento de mantimentos e combustível aos trabalhadores. Também há resistência por parte de políticos de cidades pobres que giram em torno do negócio, como Barcelos (AM). A eles se somam empresários da pesca esportiva.

Reportagem publicada pela Folha no sábado (13) mostrou que a extração da piaçaba, a fibra de uma palmeira da Amazônia usada na fabricação de vassouras, inclui a exploração de yanomamis de aldeias da terra indígena no lado do Amazonas — o território indígena yanomami se estende por Roraima.

Há indícios de retirada da fibra de dentro da terra demarcada por pessoas que não vivem no território.

Indígenas percorrem longas jornadas até comunidades em afluentes do rio Negro, como o rio Padauri, para se aviarem, ou seja, para obterem mantimentos básicos — como farinha e biscoito — e gasolina necessários ao trabalho da extração da piaçaba. O pagamento é feito com a própria fibra extraída, e há endividamento no curso desse processo.

O aviamento é uma realidade comum aos indígenas — prin-

cipalmente da etnia baré — do território vizinho, não demarcado. Nas comunidades vivem ainda filhos, netos e bisnetos de soldados da borracha, nordestinos que foram levados à Amazônia para o trabalho em seringais, onde também predominava o aviamento.

O processo da Funai que trata da demarcação da Terra Indígena Aracá-Padauri estima que 800 indígenas vivem no território. São barés, tukanos, baniwas, tarianas, desanas e pira-tapiús, segundo a Funai.

Na terra yanomami, são 10,3 mil indígenas no lado do Amazonas. Esta porção é vizinha à terra Aracá-Padauri. No lado de Roraima, onde uma crise humanitária foi provocada em razão da invasão de mais de 20 mil garimpeiros, há outros 17 mil yanomamis.

O território que pode ser demarcado é enorme, e não há definição nem mesmo da extensão a ser incluída numa eventual delimitação de área.

Um levantamento preliminar apontou a existência de 44 comunidades indígenas no trecho entre Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro (AM). Essas comunidades estão no rio Negro e em afluentes como os rios Padauri, Aracá, Preto e Dememí — ao longo dos três primeiros afluentes há exploração de piaçaba.

As reivindicações por demarcação resultaram em processos distintos. A Terra Indígena Aracá-Padauri compre-

ende inicialmente 18 comunidades, entre elas Taperá e Nova Jerusalém, que são entrepostos da piaçaba para patrões e que contam com fluxos de yanomamis atuantes no processo de extração da fibra.

As primeiras cobranças por demarcação ocorreram na década de 90, conforme o processo em curso na Funai. Em 2001 e em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o escritório da Asiba (Associação Indígena de Barcelos) ao Ministério da Justiça e à Funai pediram formalmente a delimitação do território.

Os oficiais denunciaram impactos do "turismo de selva", inclusive com prejuízo à atividade de extração da piaçaba. Os documentos já cobravam a instalação de um GT (grupo técnico) pela Funai.

"Nesta região ainda vigora o sistema de recrutamento de mão de obra indígena, para os trabalhos extrativistas", afirmou um coordenador da Funai em documento de dezembro de 2002. "A superexploração da mão de obra indígena, bastante relatada durante os trabalhos de levantamento, se constitui como elemento recorrente desse sistema."

No mesmo mês, um antropólogo do órgão citou, em outro ofício, apontamentos feitos pela Asiba a respeito da exploração de indígenas por patrões da piaçaba. Esse sistema gerava "enormes e desorganizadas listas de devor-

"O endividamento ainda representa uma forma eficaz de mobilização da mão de obra indígena", afirmou.

Um GT só foi instituído pela Funai em 2007, no segundo governo Lula (PT), para estudos de identificação da área indígena. Novos GTs foram formados em 2009 e 2010. Em 2011, o MPF (Ministério Público Federal) pediu um cronograma urgente para a demarcação. "A situação social da área é grave", afirmou.

Tanto a Asiba quanto a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) comunicaram ao MPT (Ministério Público do Trabalho), em 2011, a existência de endividamento de indígenas na relação com patrões da piaçaba, o "mesmo sistema de aviamento da borracha no século 19".

O MPT, o MPF e auditores do Trabalho fizeram ações de resgate de trabalhadores em condições de escravidão em piaçabais em 2014. Naquele ano, a Justiça Federal deu 45 dias para a Funai apresentar um relatório de delimitação do território; a demarcação deveria ocorrer num prazo de dois anos, conforme a decisão, que acatou pedido em ação civil pública do MPF.

A decisão não foi cumprida. Em setembro de 2015, um documento da Funai apontou: "A herança do passado é notável, já que, até os dias atuais, perdura o sistema de avia-

mento: adiantamento de mercadorias a crédito, por parte dos chamados patrões, com o fito de promover o endividamento da população indígena local."

O documento foi elaborado pela coordenação de identificação e delimitação de terras indígenas. "Desprovidos de outra possibilidade que não a venda de sua mão de obra a preços irrisórios, [os indígenas] passam a trabalhar nas colocações extrativistas, submetendo-se a condições análogas da escravidão." Isso justificaria a necessidade de demarcação, segundo técnicos da Funai.

No governo Jair Bolsonaro (PL), que promoveu um desmonte da Funai, o processo ficou praticamente parado. O órgão constituiu um novo GT, em agosto de 2019, para "realizar estudos de natureza fundiária e cartorial da Terra Indígena Aracá-Padauri". No processo, pelo menos até meados de 2022, não há registros de avanços na demarcação.

Desde a Constituição de 1988, Bolsonaro foi o primeiro presidente da República a zerar tanto as declarações de posse — atos que antecedem as homologações — quanto as demarcações definitivas de terras indígenas. A homologação é uma atribuição do presidente.

A reportagem contou com apoio do Amazon Rainforest Journalism Fund, em parceria com Pulitzer Center

### Linha do tempo da demarcação que não existiu

#### Década de 90

Movimento indígena na região de Barcelos (AM) faz primeiras reivindicações por demarcação de territórios

#### 2001

A Asiba (Associação Indígena de Barcelos) envia carta a ministro da Justiça para denunciar problemas na região e cobrar demarcação

#### 2002

Asiba envia carta à presidência da Funai e denuncia impactos do "turismo de selva", inclusive com prejuízo à extração da piaçaba, usada na cobertura de hotéis. Novo pedido de demarcação é feito

#### 2003

FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) reitera pedido ao governo federal

#### 2007

GT (grupo técnico) é constituído pela Funai para estudos de identificação e delimitação de áreas indígenas no baixo rio Negro e nos rios Aracá e Padauri

#### 2009

MPF (Ministério Público Federal) cobra explicações da Funai sobre demora na atuação do GT

#### 2010

Um novo GT é constituído

#### 2011

MPF pede um cronograma urgente, uma vez que "situação social da área é grave"

#### 2013

Cimi (Conselho Indigenista Missionário) denuncia morosidade da Funai e cobra avanço da demarcação

#### 2014

Justiça Federal, a partir de ação civil pública do MPF, determina que Funai apresente em 45 dias relatório de identificação. Decisão determina demarcação em até dois anos

#### 2015

Um processo para identificação e delimitação da Terra Indígena Aracá-Padauri é constituído

#### 2019

Novo GT é constituído, para estudos de natureza fundiária e cartorial da terra indígena. São mencionados os povos baré, makurap e tukano

#### 2020 a 2022

Processo fica paralisado

Fonte: Processo de demarcação da Terra Indígena Aracá-Padauri, em trâmite na Funai, obtido via Lei de Acesso à Informação



Indígenas yanomamis da região do rio Padauri descansam na casa de apoio da Funai em Barcelos (AM)